



SENADO FEDERAL

Comissão de Educação e Cultura
52ª Reunião Extraordinária – 16/09/2024
Resumo da Audiência Pública Interativa

Finalidade: 4ª Audiência do ciclo de audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

Requerimento relacionado: REQ 62/2024 - CE (Senadora Teresa Leitão – PT/PE, Senadora Janaína Farias – PT/CE). REQ 63/2024 - CE (Senadora Teresa Leitão – PT/PE, Senadora Janaína Farias – PT/CE, Senador Flávio Arns – PSB/PR). REQ 64/2024 - CE (Senador Flávio Arns – PSB/PR). REQ 72/2024 - CE (Senador Zequinha Marinho – PODEMOS/PA) e outros.

Projeto de lei relacionado: PL 2614/2024 (Câmara dos Deputados).

Participantes: Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Manuella Mirella, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Allysson Queiroz Mustafa, Coordenador da Secretária de Assuntos Educacionais e Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e Hugo Silva, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Manuella Mirella, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE)

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ Nos últimos anos, houve desmontes e ataques à educação do país. O número de evasão das universidades e das escolas fizeram com que o Plano Nacional de Educação (PNE) não obtivesse a devida eficácia.

✓ A relevância dos debates em torno ao novo Plano Nacional de Educação – PNE foi destacada, visto que este é um documento importante para garantir que as metas propostas sejam cumpridas. Enfatizou-se a necessidade de que o novo plano não seja somente um conglomerado de metas desconsideradas.

✓ Ressaltou-se a importância do diálogo com o Congresso Nacional para a efetividade do PNE. Além disso, de envolver mais diálogos com os movimentos estudantis para debater as pautas fundamentais para esse novo plano.



SENADO FEDERAL

✓ A Conferência Nacional de Educação é um espaço muito democrático e participativo. Contou com a presença do Presidente da República, o Ministro da Educação e outras lideranças. O resultado dessa Conferência resultou em um documento robusto, que foi encaminhado para análise ao Congresso Nacional. É importante entender a articulação da UNE (União Nacional dos Estudantes) dentro desse processo. A UNE defende que o PNE tenha metas organizadas e estruturadas para que se efetive a aprovação.

✓ O foco principal abordado será a educação superior, com ênfase na preocupação quanto à destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, uma conquista histórica do movimento estudantil. É ideal que no novo PNE consiga garantir e destinar os dez por cento do PIB do país seja destinado para a educação como um todo.

✓ Destacou-se a importância de valorizar, investir, organizar e monitorar a educação pública, sobretudo o ensino superior, que apresenta um crescimento acelerado e preocupante, uma vez que 86% do ensino superior concentra-se nas instituições privadas. Entretanto, ao analisar a produção de ciência, tecnologia e inovação do país, 98% estão concentradas nas universidades públicas. Diante desse cenário, preceitua-se a importância da discussão das pautas da regulamentação do ensino superior privado.

✓ A UNE participa da comissão do Ministério da Educação para debater pautas relacionadas ao Ensino à Distância (EaD). É preciso fortalecer e garantir que o dinheiro público seja investido na educação pública, não somente no conteúdo perpetrado, mas no acompanhamento aos estudantes para garantir a permanência nas universidades. Permitindo que o estudante ingresse, permaneça e conclua os estudos.

✓ A UNE está trabalhando sobre o novo PNE para garantir, depois de aprovado, que ele seja democrático em todos os níveis de educação. Ao que versa sobre o ensino superior, pensando no desenvolvimento da universidade pública. Há debates sobre uma reforma universitária visando complementar a garantia da execução das metas PNE.

✓ As pesquisas realizadas no âmbito do ensino superior demonstram algo esperado por todos, que é a quantidade elevada de estudantes endividados, de estudantes que abandonaram a graduação ou estudantes que não podem ingressar no ensino superior. Com esse diagnóstico mostra-se fundamental transformar o cenário da educação superior e o PNE é importante nesse processo.

✓ É necessário garantir que as universidades públicas tenham estrutura para abarcar a permanência e a qualidade do ensino aos alunos.

✓ Destaca-se a importância de lutar por metas ousadas, tal como foi a conquista de 10% do PIB para a educação no passado. O texto reflete a postura do movimento estudantil, que busca sempre o máximo, sem se contentar com soluções medianas ou o que parece possível. Além disso, há um desejo de que, no futuro, seja possível olhar para trás e ver que as metas estabelecidas foram atingidas, garantindo uma educação de qualidade. A luta envolve tanto a ousadia nas propostas quanto a viabilidade de implementação dessas metas.



SENADO FEDERAL

✓ Realçou a importância de aprovar um Plano de Educação que defenda uma educação pública democrática, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade, mas que consiga também garantir uma educação transformadora, transversal e emancipadora. O objetivo é que a universidade não seja apenas um espaço de formação técnica, mas um lugar que combata a fome, a miséria e as desigualdades, promovendo uma consciência social elevada e o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa.

✓ Enfatizou-se o empenho UNE na defesa do novo PNE, reconhecendo que será uma luta difícil, dada a polarização na sociedade e os debates superficiais sobre educação. O desafio atual é realizar um debate ideológico tanto no Congresso Nacional quanto nas ruas, afirmando que a educação é o único caminho para transformar a realidade. Como exemplo fez menção ao programa "Pé-de-Meia" que tem como objetivo garantir a permanência de estudantes nas escolas e proporcionar o ingresso ao ensino superior, oferecendo uma perspectiva concreta de mudança.

✓ Reforça-se a importância de assegurar o investimento e destinação dos recursos públicos para a educação pública. É preciso garantir a educação vista de todos os ângulos.

✓ Reforça-se o compromisso da UNE com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e outras entidades estudantis que são importantes nesse processo de participação social para efetivar as disposições do PNE.

✓ O Inep divulgou um painel de monitoramento no último PNE, com 56 indicadores. O acompanhamento e os indicadores serão fundamentais para garantir o cumprimento do novo plano.

Principais recomendações do convidado:

✓ Convidar o Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos, Vinícius Soares, para debates futuros.

Hugo Silva, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ Nos últimos dois meses, a carta de compromisso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas foi apresentada para a maioria dos estados, em razão das eleições deste ano, abordando a importância da transformação e novas perspectivas nas escolas.

✓ O novo ensino médio ficou instaurado por um longo período, apesar das apresentações e debates desfavoráveis quanto ao novo modelo. Foi destacado em superar



SENADO FEDERAL

as contradições trazidas pelo modelo do novo ensino médio, que reforçou desigualdades sociais e negligenciou o combate à fome e o papel social da escola.

✓ Ressaltou a importância da abordagem sobre novos direitos e soluções, e a contribuição de todos os envolvidos para que haja sucesso neste novo PNE.

✓ A fiscalização e a manutenção são essenciais, sendo importante monitorar também a implementação em nível estadual para garantir que as mudanças necessárias sejam efetivamente realizadas.

Principais recomendações do convidado:

✓ Algumas escolas se encontram em estado precário, e portanto, salientou a necessidade de discutir a respeito dos orçamentos para a educação.

✓ Para manter os estudantes engajados e acolhidos, é necessário que o novo PNE promova uma transformação no sistema escolar, adaptando-o às individualidades e necessidades dos alunos.

✓ As instituições de ensino precisam aderir um plano onde há espaço aberto à comunidade, para que reflita as escolhas e superar as necessidades. O Plano Nacional de Educação deve, portanto, incluir diretrizes para criar escolas que sejam vibrantes e acolhedoras, com ênfase em cultura, esporte, ciência e tecnologia, tornando-as ambientes adequadas onde os alunos queiram estar.

✓ A educação deve ser apresentada como uma possibilidade real para os jovens, especialmente após o período de crise na educação causado por cortes orçamentários e falta de investimento. Muitos estudantes da escola pública estão sem perspectiva de futuro, com poucos interessados em continuar seus estudos ou fazer vestibular. O PNE deve transformar essa realidade, incentivando a valorização da educação e mostrando que a universidade pode ser opção viável após o ensino médio. A transformação da escola pública é crucial para apresentar a educação como oportunidade atraente e necessária para a juventude.

✓ Escolas em tempo integral, e que ofereçam aulas de espanhol, teatro e violão.

✓ A utilização dos 10% do PIB para a educação, aprovados há dez anos.

Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Principais tópicos abordados pelo convidado:



SENADO FEDERAL

✓ A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação são referências importantes para o planejamento educacional no Brasil. Desde 1934, a Constituição já previa um planejamento decenal para a educação.

✓ A primeira Lei do PNE foi aprovada apenas em 2001, com validade até 2011. Posteriormente, o segundo PNE foi estabelecido para o período de 2014 a 2024, mesmo que a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 tenha estipulado um prazo de um ano para a criação de um plano.

✓ Apesar de ser um avanço importante a criação de dois planos decenais, a implementação efetiva de ambos não foi plenamente alcançada. A análise desse déficit de execução é fundamental para compreender as razões dessa ineficácia e reforçar a importância de que o próximo PNE, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, não seja somente um documento formal, mas que seja executado, para evitar que novos planos permaneçam sem implementação.

✓ O Projeto de Lei 2.614, de 2024, apresenta diretrizes e objetivos para o futuro da educação no Brasil, mas a ausência de leis e ações que promovam a implementação efetiva do PNE é um ponto questionável.

✓ As diretrizes para os próximos dez anos indicam a necessidade de uma visão sistêmica que abarque a educação desde a creche até a pós-graduação, com uma pactuação federativa. O questionamento inicial é: como essa pactuação será concretizada sem a Lei do Sistema Nacional de Educação, prevista desde 1988, tendo o prazo de um ano para ser instituída, e, ainda assim, garantir a cooperação entre os entes federados?

✓ A implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) não deve ocorrer de forma centralizada, de cima para baixo. É necessário que estados e municípios elaborem seus próprios planos de educação. A política educacional ocorre nos municípios, onde estão localizadas as escolas, universidades e institutos federais, onde acontece a vida cotidiana das pessoas.

✓ Se os planos municipais não forem precisamente elaborados e implementados com base em diagnósticos das realidades locais, os planos estaduais e o próprio PNE jamais serão alcançados.

✓ O conceito de uma visão sistêmica para a educação, ao abranger desde a creche até a pós-graduação, exige que a União cumpra suas responsabilidades com todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino médio. Diante desse cenário, surge o questionamento: como está sendo realizada a cooperação entre os entes federados? E qual o papel da União, que detém a maior parte da arrecadação, na garantia da implementação eficaz dos objetivos, metas e estratégias definidos para o próximo PNE?

✓ A intersetorialidade é uma das diretrizes destacadas no Projeto de Lei, e ainda não foi implementada na íntegra. A ausência da Lei do Sistema Nacional de Educação é uma das razões para a dificuldade em estabelecer essa importante diretriz com outras áreas.



SENADO FEDERAL

✓ A presença de profissionais nas escolas é fundamental, incluindo psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos e bibliotecários. Eles são importantes para contribuir para intersectorialidade na educação. No entanto, é necessário que sejam previstas regras e atribuições específicas para cada um desses profissionais.

✓ É crucial valorizar os profissionais da educação, garantindo que essa valorização não seja descaracterizada ao inclui-los ao artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A inclusão desses profissionais na LDB deve ser acompanhada de uma regulamentação específica que defina claramente suas atribuições e funções.

✓ A atual legislação prevê que 30% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) seja destinado ao pagamento de psicólogos e assistentes sociais e 70% a todos os trabalhadores da educação, independentemente de sua formação. Contudo, essas leis não estimulam adequadamente a valorização e a formação dos profissionais da educação, o que dificulta o alcance dos objetivos do plano.

✓ Outro ponto crítico é o desenvolvimento social, cultural e econômico frente à política fiscal vigente. Em 2023, apenas 2,97% do orçamento da União foi destinado à educação, enquanto 43,3% foram usados para pagamento de juros e amortizações da dívida, que aumentaram para 45,2% em 2024. O dinheiro da riqueza produzida no país vai para a mão de poucos. Esse desvio significativo de recursos destinados à pagamento da dívida, em detrimento da educação, limita a capacidade de implementar políticas eficazes.

✓ No Brasil há 68 milhões de pessoas, com 18 anos ou mais, que não concluíram a educação básica. Para atendê-las, são necessários: mais investimentos em infraestrutura escolar; contratação de profissionais e aumento de concursos públicos. Entretanto, a previsão de investimento em educação caiu de 2,97% para 2,84% do orçamento federal. Apesar de representar um aumento em relação aos últimos quatro anos, ainda é insuficiente para cumprir as diretrizes estabelecidas.

✓ A perspectiva das diretrizes destaca a importância da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber, baseando-se no pluralismo de ideias e concepções. Enfrentam-se desafios significativos com a disseminação de desinformação e ataques aos trabalhadores da educação por grupos políticos de direita e de extrema direita.

✓ Há a necessidade de garantir a qualidade e equidade da educação nas diretrizes. Até o momento não foi regulamentado o Custo Aluno Qualidade para a educação básica, previsto na Constituição Federal desde 2007. A falta de regulamentação do financiamento adequado para a educação básica, desde a creche até o ensino médio e suas modalidades, é um obstáculo.

✓ A proposta de parecer elaborado pelo Conselho Nacional de Educação, em colaboração com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, para regulamentar o Custo Aluno Qualidade, ainda não foi implementada.



SENADO FEDERAL

✓ Sem financiamento adequado e ausência de seriedade na regulamentação e implementação das diretrizes, há risco do novo PNE permanecer no papel, sem avanço concretizado. A análise dos elementos das diretrizes, a integração do monitoramento, a avaliação e a concretização do PNE se resumem a relatórios do Inep, que até hoje apontam a falta de implementação e a necessidade de um redirecionamento efetivo das políticas públicas.

✓ As diretrizes apontam a promoção dos direitos humanos, o respeito à diversidade e a sustentabilidade socioambiental. Não há projeto de lei específico para esses temas.

✓ A sustentabilidade socioambiental é mencionada nas diretrizes, mas aparece apenas uma vez no conjunto de objetivos e metas. Esse tratamento superficial não reflete a urgência e a complexidade das questões climáticas enfrentadas atualmente, como chuvas intensas, secas e queimadas.

✓ Para preparar a juventude e os estudantes para lidar com esse novo processo da vida do planeta, é necessário um projeto com objetivos e metas específicas, bem definidos: um debate eficaz sobre como enfrentar as mudanças climáticas e os impactos socioambientais.

✓ Atualmente, há 1 milhão de crianças entre 4 e 17 anos fora da escola. O projeto visa superar o analfabetismo em até 10 ou 15 anos. Há uma observação ao longo prazo estabelecido, considerando que metodologias eficazes de alfabetização já foram desenvolvidas no país. Exemplo: um educador, com sua metodologia aplicada, alfabetizou 300 pessoas em 40 horas. O prazo de uma década para alfabetizar 11 milhões de pessoas pode parecer excessivo. Observa-se que o processo parece ser feito de forma automática e não avalia a possibilidade de reduzir esse tempo. O movimento de protelar o processo a cada dez anos, reforça essa ineficiência.

✓ A proposta de consolidar a gestão democrática nas escolas não deve se restringir à meritocracia. A prática de cidadania e democracia se faz com o voto direto na escola, com as crianças com 10 anos, 11 anos aprendendo a votar em um diretor de escola, sabendo que é um projeto para a escola. Assim, deve-se considerar esse exercício na consolidação da gestão democrática, ao invés de manter na meritocracia.

✓ O PNE visa aumentar o investimento público em educação. Apenas estabelecer metas de investimento a longo prazo, como destinar 10% do PIB para a educação, em uma década, e remeter o custo aluno para mais cinco anos, são medidas insuficientes. É necessário refletir sobre como implementar o que está consolidado nas leis e verificar os instrumentos necessários para ajudar essa implementação.

Principais recomendações do convidado:

✓ A importância de buscar uma pactuação federativa sólida para: garantir a efetiva implementação do PNE; estabelecer uma estrutura que facilite a colaboração e coordenação entre a União, estados e municípios. Isso envolve a implementação da Lei do



SENADO FEDERAL

Sistema Nacional de Educação, que foi prevista na Constituição Federal de 1988, mas ainda não foi concretizada.

✓ Garantir a valorização dos profissionais da educação e aprimorar a intersetorialidade com outras áreas; estabelecer regras e atribuições claras para psicólogos escolares, assistentes sociais, fonoaudiólogos e bibliotecários, de modo a evitar a descaracterização das funções dos profissionais da educação, não os incluir ao artigo 61 da LDB, mas reconhecer as especificidades para cada profissional.

✓ Revisar e aumentar o investimento público em educação, não apenas definir metas como a destinação de 10% do PIB para a educação, em uma década; implementar as leis existentes e identificar os instrumentos necessários para garantir que os investimentos sejam efetivos e atendam às necessidades reais do setor educacional.

✓ Regulamentar o Custo Aluno Qualidade, conforme previsto na Constituição Federal desde 2007, para assegurar o financiamento adequado da educação básica, da creche ao ensino médio.

✓ Desenvolver projetos e objetivos claros relacionados à promoção dos direitos humanos, respeito à diversidade e sustentabilidade socioambiental, ou seja, integrar essas questões de forma efetiva no PNE.

✓ Revisar o cronograma para superar o analfabetismo, e buscar formas de reduzir o tempo estimado de 10 anos para alfabetizar a população, ao considerar metodologias eficazes desenvolvidas no país.

Allysson Queiroz Mustafa, Coordenador da Secretária de Assuntos Educacionais e Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ A Constituição Federal de 1988, no capítulo dedicado à educação, especificamente no artigo 209, permite a atuação do setor privado na educação nacional, desde que sejam respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo poder público.

✓ O PNE para o decênio 2024-2034 é fundamental trazer à tona questões relacionadas à regulamentação do ensino privado no Brasil. Esse tema é de grande relevância e tem sido objeto de campanhas que buscam garantir um maior debate sobre a regulação desse setor.

✓ Embora legislações como a LDB já regulam o setor privado, obrigando a seguir as diretrizes públicas, é necessário avançar nessa regulamentação. Essas necessidades se tornam relevantes ao analisar o crescimento expressivo do ensino superior



SENADO FEDERAL

privado nos últimos 15 a 20 anos. Esse crescimento foi impulsionado por investimentos públicos por meio do Fies, notadamente nas décadas de 2000 e início de 2010. Com a redução desse financiamento, novos problemas surgiram no ensino superior privado.

✓ Independente da educação pública gratuita, laica e de qualidade seja um princípio central, o setor privado de educação precisa de atenção, especialmente em relação aos trabalhadores da educação, como professores e técnicos administrativos, que atuam diariamente para garantir o funcionamento das instituições privadas.

✓ Ao considerar o Plano Nacional de Educação, é fundamental que o documento traga definições claras sobre o papel do setor privado, inserindo-o de maneira efetiva a serviço da educação nacional. Foi discutido anteriormente sobre o Sistema Nacional de Educação, que, além de promover a cooperação entre os entes federados, deve também regular a atuação do setor privado para combater a mercantilização da educação, que se manifesta, inclusive, na disputa por recursos do orçamento público.

✓ Durante a Conferência Nacional de Educação, foi apresentado um colóquio que abordou a regulamentação do ensino superior privado, destacando que, atualmente, a análise dos dados desse setor é feita em publicações econômicas, não educacionais. Isso evidencia a financeirização da educação, em que conglomerados dominam o ensino superior privado, que concentra mais de 85% das matrículas. Essa lógica, antes restrita ao ensino superior, agora também afeta a educação básica.

✓ Na educação básica, observa-se a formação de conglomerados oligopolistas, com grandes grupos privados adquirindo dezenas ou centenas de escolas em todo o Brasil, o que impacta tanto a diversidade de propostas pedagógicas quanto a oferta de postos de trabalho. Um exemplo recente ocorreu em junho, quando o grupo SEB, originado do grupo COC, adquiriu o Maple Bear, que já possuía mais de 300 unidades, consolidando-se como um gigante na educação nacional com mais de 500 escolas.

✓ Esses grupos, com ações na Bolsa de Valores e investidores, contribuem para a financeirização da educação, desviando o foco da educação em si para um projeto paralelo de país. Além disso, disputam o orçamento público e influenciando o Congresso Nacional por meio de lobby.

✓ O debate sobre o PNE precisa considerar esse cenário. É preciso garantir, no novo plano, que o setor privado de educação tenha liberdade assegurada pela Constituição Federal, mas, ao mesmo tempo, seja subordinado ao interesse público. A educação, como interesse nacional, não pode submeter-se às demandas de mercado, ao priorizar interesses privatistas. A contradição entre a mercantilização e a função pública da educação deve ser um elemento central nessa discussão.

✓ É fundamental resgatar e garantir a centralidade do que foi produzido na Conferência Nacional de Educação (Conae) extraordinária de 2024, uma vez que a Conae foi fruto de um investimento público, envolvendo a sociedade civil na discussão de temas fundamentais para a educação, distribuídos em sete eixos. Com debates em várias etapas — municipais, estaduais e regionais —, a conferência foi ampla e plural. O material produzido



SENADO FEDERAL

deve nortear a formulação da nova lei que garantirá o PNE. O projeto de lei há lacunas que precisam ser corrigidas, pois esvaziam temas discutidos durante as conferências.

✓ Além disso, a valorização dos profissionais da educação, tanto no setor público quanto no privado, precisa ser abordada. Atualmente, a lei do piso salarial do magistério se aplica restritamente ao setor público, ao contrário do que acontece com os profissionais da saúde. No setor privado, os trabalhadores da educação geralmente enfrentam precarização, com salários baixos e excesso de trabalho, o que precisa ser pauta de debate e resolução.

✓ O documento produzido pela Conae, recebido pelo Ministério da Educação, deve ser central no debate. Onde houver omissões ou alterações, estas devem ser corrigidas no processo legislativo. Além disso, é necessário incluir a regulamentação do Sistema Nacional de Educação e estabelecer obrigações claras para o setor privado, reafirmando que a educação é um bem público de interesse nacional.

✓ O Contee tem a intenção de manter a centralidade do que foi produzido pela Conae. Este documento de referência, recepcionado pelo Ministério da Educação, deve trazer a centralidade ao debate.

✓ Parte do novo PNE é uma atualização do antigo, com a necessidade de reafirmar metas não alcançadas, a exemplo da universalização do acesso, a permanência de estudantes e a valorização da carreira docente. Além disso, o novo plano precisa incluir temas como educação inclusiva, abordar questões de gênero, raça e assistência aos estudantes, e, por fim, incluir as questões ambientais, assunto de proeminência no contexto atual.

✓ É urgente discutir a carreira docente, pois o Brasil enfrenta um déficit de professores qualificados. O PNE precisa tratar esse problema de forma contundente, garantindo a formação de profissionais da educação com qualidade para atender às necessidades do país.

Principais recomendações do convidado:

✓ O PNE deve incluir definições claras sobre o papel do setor privado, garantir o seu propósito pelo serviço da educação nacional e estar subordinado ao interesse público, evitando sua mercantilização e financeirização. É preciso discutir um Sistema Nacional de Educação que, para além de trazer a possibilidade de cooperação entre os entes federados, contribua para essa finalidade.

✓ Considerar a sua influência pelos grandes grupos privados e a busca por mecanismos que assegurem que a educação permaneça um bem público, não dominado por interesses de mercado ou oligopólios.

✓ Fortalecimento do PNE, sobretudo ao que se refere às assistências aos estudantes.

JOSE do Paraná

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) atual possui muitas lacunas no que se refere à área de Línguas Estrangeiras. Como o novo Plano Nacional de Educação atuará no desenvolvimento desse aspecto?

MAXWELL de Minas Gerais

Como conciliar a necessidade de inserção do estudante ao mundo do trabalho e a tendência de expansão do ensino integral?

MILTON de São Paulo

Quando serão realizadas mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para que ele atenda às novas diretrizes da Educação básica, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)?

KEROLAINE de Pernambuco

Como resolver o problema da desvalorização do professor, principalmente da Educação Básica? Os jovens não querem ser professor no Brasil.

MARIA do Mato Grosso do Sul

Como o Plano Nacional de Educação 2024-2034 combaterá a evasão escolar no ensino médio e quais ações tornarão essa etapa mais atrativa e conectada ao mercado?

RITA de São Paulo

O novo Plano terá conteúdos relacionados ao autoconhecimento, dada a importância de primeiro conhecer sobre si e depois sobre o mundo?

AMÉRICO do Amazonas

Quais são as principais inovações propostas no novo Plano Nacional de Educação (PNE) em relação ao plano anterior?

JOÃO de São Paulo

Como essas metas serão avaliadas e acompanhadas?

YRIS do Ceará

O Novo Plano Nacional de Educação (PNE) traz metas claras para a redução das desigualdades educacionais entre as regiões do Brasil?

JACYARA do Rio Grande do Norte

Como o Plano Nacional de Educação incorpora as bibliotecas escolares, os profissionais bibliotecários e as Políticas Públicas de Leitura?

MELINA de Minas Gerais

Como será feita a estruturação dos núcleos de atendimento à pessoa com necessidades educacionais específicas da rede federal?

GUSTAVO do Pará

As ações de extensão universitária contribuem para a formação humanista dos estudantes. Estão previstos investimentos nesses projetos?

LAYANE do Amazonas

De que forma o governo pretende apoiar os professores e as escolas para o novo cenário da educação inclusiva no Brasil?

SOPHIA de São Paulo

Quais indicadores serão utilizados para monitorar o cumprimento das metas do plano, e como os resultados serão divulgados?